



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

DAYVISON FELIX DA SILVA

**NECESSIDADE DA OBRIGATORIEDADE DO ENSINO FINANCEIRO NAS
ESCOLAS NA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DA
PARAÍBA.**

JOÃO PESSOA

2024

DAYVISON FELIX DA SILVA

**NECESSIDADE DA OBRIGATORIEDADE DO ENSINO FINANCEIRO NAS
ESCOLAS NA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DA
PARAÍBA.**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof.Me. Filipe Coelho de Lima Duarte

**JOÃO PESSOA
2024**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586n Silva, Dayvison Felix da.

Necessidade da obrigatoriedade do ensino financeiro nas escolas na percepção dos estudantes de graduação da Paraíba / Dayvison Felix da Silva. - João Pessoa, 2024. 43 f. : il.

Orientação: Filipe Coelho de Lima Duarte.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Educação Financeira. 2. Alfabetização Financeira.
3. Iniciativas educacionais. I. Duarte, Filipe Coelho de Lima. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 657

DAYVISON FELIX DA SILVA

**NECESSIDADE DA OBRIGATORIEDADE DO ENSINO FINANCEIRO NAS
ESCOLAS NA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DA
PARAÍBA.**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do TCC em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **FILIFE COELHO DE LIMA DUARTE**
Data: 06/05/2024 08:18:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Presidente(a): Prof. Me. Filipe Coelho de Lima Duarte
Instituição: UFPB

Documento assinado digitalmente
 **ROBERIO DANTAS DE FRANCA**
Data: 06/05/2024 15:41:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro: Prof. Dr. Robério Dantas de França
Instituição: UFPB

Documento assinado digitalmente
 **SHEILA SAYURI KATAOKA**
Data: 06/05/2024 10:37:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro: Prof.(a) Dr.(a) Sheila Sayuri Kataoka
Instituição: UFPB

João Pessoa, 30 de abril de 2024.

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA

Eu, **Dayvison Felix da Silva**, matrícula n.º **20170064957**, autor(a) do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “**NECESSIDADE DA OBRIGATORIEDADE DO ENSINO FINANCEIRO NAS ESCOLAS NA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DA PARAÍBA.**”, orientado(a) pelo(a) professor(a) **Filipe Coelho de Lima Duarte**, como parte das avaliações do Curso de Ciências Contábeis no período letivo **2023.2** e requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel(a), declaro que o trabalho em referência é de minha total autoria, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte, além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho, obedecendo aos padrões nacionais para referências diretas e indiretas, ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho. Afirmando que em hipótese alguma representa plágio de material disponível em qualquer meio, e declaro, estar ciente das penalidades previstas nos artigos 184 e 298 do Decreto-Lei n.º 2.848/1940 – Código Penal Brasileiro, como também declaro não infringir nenhum dispositivo da Lei n.º 9.610/98 – Lei dos Direitos Autorais.

Assim, se houver qualquer trecho do texto em questão que configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais, assumo total responsabilidade, ficando a Instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, ou pela veracidade e originalidade desta obra, cabendo ao corpo docente responsável pela sua avaliação não aceitá-lo como Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, no Curso de Ciências Contábeis, e, por conseguinte, considerar-me reprovado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Por ser verdade, firmo a presente.

João Pessoa, 15 de abril de 2024.

Documento assinado digitalmente
 DAYVISON FELIX DA SILVA
Data: 05/04/2024 20:37:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do(a) discente

Dedico este trabalho aos meus pais Vilmar e Luciana, e também a minha esposa Iris, por todo o esforço, a dedicação e o apoio em cada momento de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, por me guardar e me guiar nos meus momentos mais difíceis e por não me permitir desistir.

Obrigado aos meus pais, Vilmar e Luciana, por tanta dedicação pela minha criação, pelas dificuldades que enfrentaram para que eu chegasse até aqui, por serem meus exemplos de determinação e perseverança, eu não estaria aqui se não fosse por vocês.

Por falar em não estar aqui, minha esposa Iris foi fundamental por puxar minha orelha e sempre me incentivar com a minha vida acadêmica, mesmo com os cansaços advindos do trabalho e problemas familiares, ela sempre esteve comigo, me apoiando, me incentivando diretamente e indiretamente. O céu é o limite para ela e não tenho dúvidas de que ela chegará aonde quiser. Você é a vida da minha vida, meu amor.

A meus amigos Pedro, João Victor, Aninha, Luiza, dentre outros que acompanharam essa minha jornada na graduação, obrigado por me ajudarem e estarem comigo, não precisamos estar presentes no dia a dia um do outro, o carinho sempre é o mesmo.

“O período de maior ganho em conhecimento e experiência é o período mais difícil da vida de alguém.”

Dalai Lama

RESUMO

Compreender a importância da educação financeira tornou-se crucial em um contexto global onde indivíduos e sociedades enfrentam desafios complexos relacionados ao gerenciamento de recursos financeiros. No Brasil, o tema ganha ainda mais relevância diante de evidências alarmantes de baixo nível de competência financeira, como demonstrado por pesquisas como o PISA e a *S&P Ratings Services*. A ausência de educação financeira desde a infância tem gerado consequências significativas, como o elevado índice de endividamento e inadimplência, conforme indicado pela PEIC. Nesse contexto, o trabalho teve por objetivo compreender a percepção dos estudantes do ensino superior da Paraíba sobre as necessidades de tornar obrigatório o ensino de educação financeira nas escolas. Os objetivos específicos incluem compreender a percepção dos estudantes sobre o papel do governo estadual na promoção da educação financeira, os desafios em relação à busca por educação financeira no país, verificar se iniciativas governamentais existentes estão sendo suficientes na visão dos entrevistados e avaliar a percepção dos estudantes sobre a obrigatoriedade do ensino financeiro. Para isto, foi realizado um questionário dividido em 3 blocos – possuindo 14 questões dos tipos de múltipla escolha e resposta curta, no qual foram recolhidas 83 respostas, sendo de graduandos de 29 graduações diferentes. A pesquisa evidencia que a maior parte dos entrevistados não tiveram acesso a educação financeira na época da escola e que mesmo entendendo que o tema é “extremamente importante” nas escolas, consideram que seus níveis de alfabetização financeira pessoal são “Ruins”, havendo assim, um descasamento entre a percepção do tema com a aplicabilidade no cotidiano nos entrevistados. Desta forma, conclui-se que mesmo com as iniciativas do Governo Federal, como a semana ENEF, os estudantes de graduação do estado da Paraíba não acreditam que esteja sendo feito o suficiente para promover a Educação Financeira no Brasil.

Palavras-chave: Educação Financeira. Alfabetização Financeira. Iniciativas educacionais.

ABSTRACT

Understanding the importance of financial education has become crucial in a global context where individuals and societies face complex challenges related to managing financial resources. In Brazil, the topic gains even more relevance in the face of alarming evidence of a low level of financial competence, as demonstrated by research such as PISA and S&P Ratings Services. The lack of financial education since childhood has generated significant consequences, such as the high rate of debt and default, as indicated by PEIC. In this context, the work aimed to understand the perception of higher education students in Paraíba about the need to make the teaching of financial education mandatory in schools. The specific objectives include understanding students' perception of the role of the state government in promoting financial education, the challenges in relation to the search for financial education in the country, verifying whether existing government initiatives are sufficient in the interviewees' view and evaluating the perception of students about mandatory financial education. For this, a questionnaire was carried out divided into 3 blocks – having 14 multiple choice and short answer questions, in which 83 responses were collected, from graduates of 29 different degrees. The research shows that most of the interviewees did not have access to financial education when they were in school and that even though they understand that the topic is “extremely important” in schools, they consider that their levels of personal financial literacy are “Bad”, thus having a mismatch between the perception of the topic and its applicability to everyday life in the interviewees. Therefore, it is concluded that even with the Federal Government's initiatives, such as the ENEF week, undergraduate students in the state of Paraíba do not believe that enough is being done to promote Financial Education in Brazil.

Keywords: Financial education. Financial Literacy. Educational initiatives.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Desempenho prova de matemática PISA	19
Figura 2 – Distribuição de cursos dos participantes.....	29
Figura 3 – Entrevistados que afirmam ter o nível ruim ou muito ruim de educação financeira	32
Figura 4 – Qual o principal desafio em relação a busca por educação financeira no país, na visão dos estudantes	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil dos entrevistados.....	28
Tabela 2 - Educação financeira e Instituições de ensino.....	28
Tabela 3 - Nível de alfabetização pessoal x Opinião sobre a importância da educação financeira.....	30
Tabela 4 - Principal renda de custeio do núcleo familiar dos entrevistados.....	31
Tabela 5 - Como os estudantes controlam suas finanças pessoais.....	32
Tabela 6 - Quantidade de vezes que os motivos para inadimplência foram mencionados.....	32
Tabela 7 - Opinião dos estudantes se o Governo faz o suficiente pela educação financeira no Brasil.....	33
Tabela 8 - Principal medida que o Governo pode adotar para melhorar a educação financeira no Brasil.....	34
Tabela 9 - Opinião dos estudantes de quando a educação financeira deve ser ensinada.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PL	Proposta de Lei
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
OBEF	Olimpíada Brasileira de Educação Financeira

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.2 OBJETIVO GERAL	17
1.2.1 Objetivos específicos	17
1.3 JUSTIFICATIVA	17
2 REVISÃO DA LITERATURA	20
2.1 ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA	21
2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA	22
2.3 LEGISLAÇÃO	23
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	25
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	25
3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	25
3.3.1 O instrumento de pesquisa	25
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	27
4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES	27
4.1.1 Perfil educacional dos entrevistados	27
4.2 PERCEPÇÃO E VIVÊNCIA QUANTO A EDUCAÇÃO FINANCEIRA	29
4.3. EDUCAÇÃO FINANCEIRA E IMPORTÂNCIA DO GOVERNO	33
4.3.1 Responsabilidades que o governo tem quanto a educação financeira no país na visão dos entrevistados	33
5 CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	41

1 INTRODUÇÃO

A educação financeira é o processo mediante o qual os indivíduos melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, para se tornarem mais conscientes sobre riscos e oportunidades financeiras (OCDE, 2005). Com isso, entender sobre esse tipo de educação é fundamental para tomar ações que melhorem o bem-estar, e assim, contribuir para a melhoria das finanças pessoais.

Em 2008, foi estabelecido grupo de trabalho no âmbito do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC) com o apoio da BM&BOVESPA para realização de pesquisa de âmbito nacional com o objetivo de mensurar o grau de educação financeira da população brasileira, cuja conclusão foi de que o nível de educação financeira da população brasileira era baixo (Brasil, 2011a).

O assunto vem sendo debatido com mais frequência nos últimos anos e em 2018 foi feita uma pesquisa sobre o nível de competência financeira pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), onde foram avaliadas 20 nações dentre elas países desenvolvidos e em desenvolvimento, e o Brasil ficou 17º lugar, alcançando a pontuação de 420, abaixo da média da OCDE, que foi de 505 pontos naquele período (PISA, 2018). Outra pesquisa foi feita em 2019 pela *S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey* (Pesquisa Global de Educação Financeira da divisão de *ratings* e pesquisas da Standard & Poor's) revelou que o Brasil ficou em 74º lugar, ficando atrás alguns dos países mais pobres do mundo como Madagascar, Togo e Zimbábue.

Em 2017, o Instituto Axxus em parceria com a UNICAMP realizou uma pesquisa em algumas capitais do Brasil que contou com cerca de 700 pais ou responsáveis por crianças de 04 a 12 anos analisando as reações de crianças que recebiam educação financeira e as que não tinham sequer contato com o assunto. Com base na pesquisa, uma média de 93% dos adultos entrevistados nunca aprendeu a administrar o próprio dinheiro, nem em casa e nem na escola, e 100% dos alunos que estudam em escola que tenha educação financeira na grade curricular apresentaram mudança comportamental em relação ao uso do dinheiro (ABEFIN, 2022). Como demonstrado na figura 1, em janeiro de 2024, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) divulgou que o país alcançou a porcentagem de 78,1% das pessoas se declarando endividadas, e que houve aumento no percentual de

endividamento de famílias de todos os perfis, significando que o problema não envolve apenas o problema financeiro, mas também, na falta desta educação para ter bom controle das finanças pessoais.

Um orçamento familiar é o primeiro passo para a educação financeira, através dele é possível alcançar objetivos de forma equilibrada. Nesse sentido, é importante que todos os membros da casa participem desse orçamento e saibam qual parcela das economias da família está sendo destinada para cada um. A educação financeira é uma vertente necessária da educação para a cidadania, na medida em que todos os cidadãos têm que lidar diariamente com dinheiro para atender suas necessidades mais básicas, como moradia, alimentação, transporte, sendo de grande relevância o correto gerenciamento, considerando que as tomadas de decisões financeiras causam grande impacto em suas vidas (AEFBrasil, 2021).

As finanças pessoais vão além de compreender a própria renda, seja ela pessoal ou familiar, e as despesas – fixas ou variáveis – de um orçamento pessoal. Mais do que entender, é preciso estabelecer limites entre o desejo e a necessidade de possuir algo, a fim de evitar que a satisfação pessoal e reconhecimento social impulsionem o consumismo e que a oferta de crédito supra as limitações financeiras e levem o consumidor ao estado de endividamento (Silva; Souza; Fajan, 2015).

Esta falta de conhecimento da educação financeira no começo da vida traz consequências futuras negativas, não só na vida pessoal adulta, mas também para aqueles que querem gerir seu próprio negócio, bem como na saúde de empresas. Por isso é relevante estimular as crianças a criarem estratégias de investimento para alcançar objetivos simples, desenvolvendo o hábito de poupar e investir de forma consciente (SEBRAE, 2013).

Diante deste contexto, alguns deputados do Rio Grande do Sul, decidiram combater a situação da falta de educação financeira em seu estado, alterando o Projeto de Lei 231/2015, incluindo a educação financeira nas grades pedagógicas da rede pública e privada (Rio Grande do Sul, 2022), para que crianças e adolescentes aprendam sobre finanças pessoais e tome as melhores decisões na hora de gastar o seu dinheiro. Com base na proposta de lei supracitada adotada no estado do Rio Grande do Sul, o presente trabalho tem como finalidade saber a opinião dos estudantes do ensino superior do estado da Paraíba sobre a necessidade da obrigatoriedade do ensino financeiro nas escolas.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O Brasil vem enfrentado problemas na educação financeira dos jovens e adultos há bastante tempo. Os pais não abordam sobre o assunto com os filhos muitas vezes por também carecerem de conhecimento sobre o tema, e as escolas que deveriam ter o papel de educarem as crianças ainda estão em fase inicial em estimular os seus alunos a serem educados financeiramente.

Nesse cenário, 72,07 milhões de pessoas iniciaram o ano de 2024 com o nome restrito, onde os cidadãos das idades entre 26 e 40 anos representam 34,20% do total (SERASA, 2024).

A falta de conhecimento de educação financeira ocasiona problemas para os endividados, como foi demonstrado pela pesquisa de perfil e comportamento do endividamento do brasileiro com 5.225 cidadãos endividados de todas as regiões e foram obtidos alguns dados, como: 83% afirmam que têm insônia causada pela preocupação com as dívidas, 53% sentem muita tristeza e medo do futuro e 33% passaram a não confiar na sua capacidade de tomar decisões e cuidar de suas finanças (SERASA, 2022).

Segundo Domingos (2022), entre os principais propósitos da educação financeira, destaca-se a preparação dos indivíduos em gerir as suas finanças no dia a dia, incluindo a administração do orçamento, o planejamento financeiro e a seleção de produtos financeiros adequados às suas necessidades e perfis. O autor complementa que em uma amplitude maior, a educação financeira busca estimular a reflexão crítica sobre o consumo e o endividamento, auxiliando as pessoas a prevenirem-se do endividamento excessivo, bem como tomar decisões financeiras conscientes.

Para garantir a efetividade da instrução financeira, englobando, portanto, os princípios do planejamento monetário, é recomendável fomentar iniciativas de alcance nacional que ampliem a conscientização da coletividade acerca da relevância de aprimorar a compreensão referente aos perigos monetários (Silva, B. A. B. da.; Monteiro. J. M, 2022). Ademais, defende-se que a instrução financeira deva ser introduzida no âmbito escolar, instruindo os indivíduos acerca de questões financeiras desde o mais precoce momento de suas existências (OCDE, 2020).

Devido ao cenário, o presente trabalho busca “Identificar a percepção dos estudantes de graduação do estado da Paraíba perante a promoção do tema da

educação financeira nas escolas”.

1.2 OBJETIVO GERAL

Identificar se os estudantes paraibanos universitários acham necessário a integração do ensino de educação financeira nas escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

1.2.1 Objetivos específicos

- a) Descobrir a percepção e vivência dos estudantes de graduação quanto a educação financeira.
- b) Entender quais as principais medidas que o governo poderia tomar para melhorar a educação financeira no país, através das opiniões dos estudantes.
- c) Identificar a percepção dos estudantes sobre a obrigatoriedade do ensino da educação financeira nas escolas.

1.3 JUSTIFICATIVA

A educação financeira passou a ser uma preocupação no mundo inteiro, de modo que o Canadá, por exemplo, precisou passar por reformas educacionais para estimular jovens a se alfabetizarem financeiramente. Em 2001, foi criado o *Financial Consumer Agency of Canada* (FCAC), com o intuito de proteger e educar os consumidores de serviços financeiros, ou seja, melhorar a compreensão da população canadense sobre o setor financeiro, seus produtos e serviços (Governo do Canadá, 2021, tradução própria). A partir disso uma série de projetos foram criados para desenvolver a alfabetização financeira no país, até que no ano de 2021 o tema de educação financeira foi integrado de forma definitiva nas escolas, além de ser abordada em diversos locais trabalho e comunidades diferentes (FCAC, 2021, tradução própria). Projetos como esse demonstram o porquê de o país ter um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo (PNUD, 2022).

No Brasil, em âmbito legislativo, o Governo Federal autorizou a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), através do Decreto 7.397/2010,

com o objetivo de promover a educação financeira e previdenciária em todo o território nacional, fortalecer a cidadania, aumentar a eficiência e solidez do sistema financeiro e contribuir para a tomada de decisões conscientes pelos consumidores (Decreto 7.397, 2010). Para garantir a efetividade da ENEF, o Comitê Nacional da Educação Financeira (CONEF) foi criado para gerenciar e coordenar os programas da estratégia (Brasil, 2014). Dessa forma, a educação financeira poderia ser disseminada através de ações para escolas de nível fundamental e médio, bem como ações para aposentados e mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família (Brasil, 2014).

A educação financeira é extremamente necessária como ferramenta de conscientização contra o consumo desenfreado, pois a partir do momento em que uma pessoa conhece seus limites e sabe onde estão suas oportunidades e riscos, alcançar um equilíbrio pessoal e profissional, bem como não cair em armadilhas provenientes do imediatismo, torna-se cada vez mais possível (Araújo; Francisco; Padilha; Mechi, 2018).

Na publicação da OCDE intitulada “Active with Brazil” (OCDE, 2017), registrou-se que o Brasil precisa continuar atacando o problema da alta desigualdade social que afeta tanto o bem-estar quanto o desenvolvimento econômico e social, sendo o fortalecimento da educação financeira elemento fundamental para promover oportunidades mais igualitárias a partir da tomada de decisões financeiras mais bem fundamentadas, proporcionando mais autonomia e liberdade e fortalecendo o exercício da cidadania.

Para a OCDE, é premente a necessidade de capacitar os cidadãos para melhorar sua compreensão sobre conceitos e produtos financeiros. A educação financeira é necessária e urgente não somente para o fortalecimento da cidadania, mas também para a redução das desigualdades e para o desenvolvimento econômico e social (OCDE, 2013).

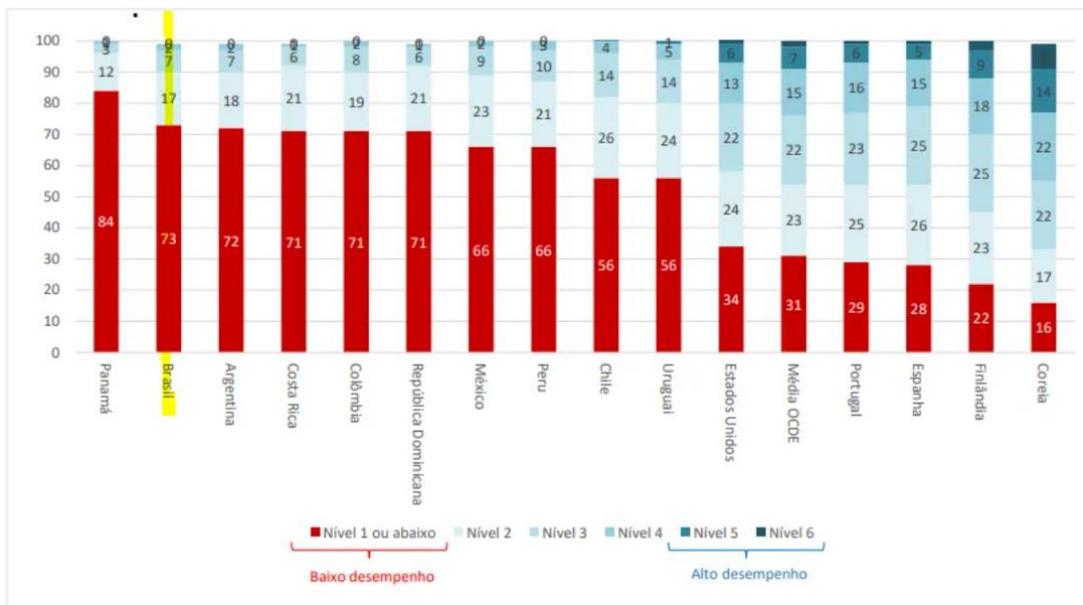
Apesar da iniciativa do Governo Federal em 2010, o Brasil seguiu batendo seus recordes de inadimplência, chegando ao seu maior número em março de 2023, atingindo 66 milhões de brasileiros (CNDL e SPC, 2023).

Cerbasi (2015) aponta que um dos desafios da educação financeira é a utilização do chamado “crédito”, tornando-se prejudicial quando o indivíduo possui dificuldades em cumprir as obrigações financeiras assumidas no passado ou quando se recorre regularmente aos empréstimos menores para manter o equilíbrio das finanças, resultando em atrasos frequentes nas contas e uma situação financeira

desfavorável. Nessa perspectiva, a educação financeira e o planejamento financeiro aparecem como recursos relevantes para ajudar famílias a gerenciarem de forma mais eficiente suas finanças e evitarem problemas associados ao uso do crédito.

Para ilustrar, em relação ao conhecimento matemático, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), realizou em 2022 a aplicação da sua prova em 81 países, incluindo o Brasil, onde o país ficou na 65ª posição na prova de matemática, ficando atrás de países como: Colômbia, Costa Rica e Peru. 73% dos estudantes brasileiros não alcançaram o nível básico (nível 2) em Matemática, considerado pela OCDE o mínimo necessário para que os jovens possam exercer plenamente sua cidadania, isso significa que de 7 a cada 10 alunos de 15 anos não sabem resolver problemas matemáticos simples.

Figura 1: Desempenho prova de matemática PISA



Fonte: INEP, com base na OCDE (2022)

Tendo em vista o último resultado do PISA, se entende a necessidade de abordar o tema da educação financeira e de mostrar que existem projetos que irão agregar na vida das pessoas é importante para o desenvolvimento intelectual da sociedade.

Se espera demonstrar a relevância que a educação financeira deveria ter nas famílias brasileiras e que a urgência sobre o assunto não deve ser debatida apenas nas escolas, mas também, entre os agentes políticos para desenvolverem projetos que contribuam para um povo mais consciente financeiramente.

2 REVISÃO DA LITERATURA

De acordo com a OCDE (2005), a educação financeira é o processo que os indivíduos e as sociedades melhoraram a sua compreensão em relação os conceitos e produtos financeiros, e assim, se tornam mais conscientes sobre as oportunidades e riscos envolvidos sobre finanças, dessa forma, fazendo escolhas bem informadas. O governo brasileiro criou em 2010 a Estratégia Nacional da Educação Financeira para desenvolver o assunto nas escolas, como a “Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF)”, onde esteve em sua 10ª edição no ano de 2023 e com a prioridade de promover iniciativas sobre o tema da educação financeira, previdência e fiscal.

A educação financeira infelizmente permanece em falta nas casas dos brasileiros, começando na falta do orçamento familiar, que é a ferramenta de controle das despesas de pessoas que vivem juntas e dividem os gastos (essenciais, necessários e supérfluos), além dos objetivos de curto, médio e longo prazos feitos em grupo (SERASA, 2022). Na falta desse tipo de orçamento e entendimento do limite que se deve ter com as finanças pessoais, são geradas situações de endividamentos tal como, a falta de controle com o cartão de crédito. Essa é a principal causa do grande nível de inadimplência, que bate recordes com o passar dos meses. (SERASA, 2023).

O estado da Paraíba juntamente ao Espírito Santo, Maranhão, Santa Catarina e Piauí são onde há menor quantidade de inadimplentes do Brasil. O estado paraibano é responsável por projetos pioneiros, como o Educação Financeira para Toda a Vida, que surgiu na Universidade Federal da Paraíba em 2012 e criou a Olimpíada de Educação Financeira (OBEF), onde há participações dos estudantes de todo o Brasil, das redes pública e privada, tendo como um dos seus objetivos estimular e promover o estudo da Educação Financeira nas instituições de ensino de cada estado da federação brasileira, mobilizando as universidades de todo o país no processo (UFPB, 2022). Além das instituições públicas, também há instituições privadas envolvidas em movimentos para maior conscientização e educação sobre o assunto, como a Sicredi, que nos estados da Paraíba e Piauí em 2023 fez o segundo ano da Jornada de Educação Financeira nas Escolas, ação do programa sistêmico “Cooperação na Ponta do Lápis”, iniciativa para capacitação de professores, conectando a educação financeira à base comum curricular de escolas públicas e particulares na área de

atuação da Cooperativa (SICREDI, 2023).

Em julho de 2021, o MEC, em conjunto com a CVM e o Sebrae, criou o Programa Educação Financeira nas Escolas. O programa visa capacitar 500 mil professores do 1º ao 9º ano do ensino fundamental em educação financeira em um período de 3 anos. (GOV, 2022). Se espera que esses passos que estão sendo dados em território brasileiro vão influenciar cada vez mais o comportamento financeiro dos cidadãos.

2.1 ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA

O termo “alfabetização financeira”, tem sido frequentemente utilizado como sinônimo de educação financeira ou conhecimento financeiro. No entanto, a alfabetização financeira vai além da educação financeira. A alfabetização financeira é conceituada por meio da combinação de três variáveis, quais sejam: conhecimento financeiro, atitude financeira e comportamento financeiro (OCDE, 2011). Já a educação financeira está mais relacionada com o conhecimento financeiro que o indivíduo possui. Logo, a alfabetização seria um conceito mais amplo que a educação financeira (Huston, 2010).

Definir e medir adequadamente a alfabetização financeira é essencial para entender o impacto educacional, bem como as barreiras para uma escolha financeira eficaz (Huston, 2010). Esta habilidade favorece a integração entre indivíduos em grupos sociais e possibilita um melhor desempenho em um mercado competitivo. Saber organizar seus recursos financeiros, além de proporcionar atitudes financeiras positivas, também proporciona uma maior tranquilidade emocional e a possibilidade de realizar as expectativas futuras com mais facilidade (Potrich; Vieira; Kirch, 2016).

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2013) conceitua a alfabetização financeira como uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento fundamentais para tomar decisões financeiras e com isso alcançar o bem-estar financeiro individual. Ter alfabetização financeira está relacionado a saber fazer escolhas dentre as inúmeras alternativas para realização de objetivos financeiros.

2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A OCDE (2020) define a educação financeira como um processo onde o indivíduo faz escolhas conscientes e busca informações sobre a economia, para, desta forma, entender a melhor forma de administrar seus recursos financeiros.

Com base na definição da OCDE, o Banco Central do Brasil apresenta a educação financeira como o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e produtos financeiros e que essa melhora da compreensão vem por meio de informação, formação e orientações, fazendo, assim, com que as pessoas adquiram os valores e competências necessários para se transformarem em sabedores dos riscos e oportunidades do mundo financeiro, para que possam fazer escolhas fundadas ou saber onde procurar ajuda para fazer essas escolhas, melhorando seu bem estar (BACEN, 2019)

Segundo a ENEF (2017), a educação financeira é uma pauta importante desde o início dos tempos, pois tomar decisões a respeito das próprias finanças provou-se extremamente impactante não apenas no que tange o individual de cada um, mas o panorama geral de um país, que tem cada indivíduo como agente decisivo em sua trajetória e desenvolvimento.

A educação financeira é uma ferramenta para o comportamento adequado em relação ao uso do dinheiro e se torna necessária para um melhor desenvolvimento financeiro. Esse tipo de educação possibilita que o indivíduo aprenda a poupar ao invés de contrair dívidas, pois ele passa a ter conhecimentos sobre taxa de juros e aplicações, valor presente do dinheiro, poder de compra, poupança, custo de oportunidade, inflação unida a conhecimentos sobre hábitos e comportamentos que influenciam suas escolhas na hora de tomar decisões financeiras (Claudino, Nunes, Oliveira & Campos, 2009).

De acordo com Birochi e Pozzebon (2016), “pesquisas empíricas sugerem que iniciativas de inclusão financeira tais como o acesso a recursos financeiros ou o fornecimento de microcrédito – não são, por si sós, suficientes para reduzir as disparidades socioeconômicas”. Um dos esforços na promoção da inclusão seria por meio da incorporação de estratégias de alfabetização financeira, que trata não apenas da necessidade de informação, mas também de aspectos comportamentais, bem como formulação de políticas de educação financeira que forneceria uma contribuição importante para aumentar o nível de inserção social e bem-estar nas

modernas relações de consumo (Lana, 2018).

Segundo Caproni (2013) o aumento da economia e a inserção dos jovens no mercado de trabalho sem um conhecimento prévio sobre educação financeira desencadearam um levantamento no índice de endividamento desses jovens.

No Brasil, a inclusão da educação financeira na agenda escolar é uma questão de necessidade social, pois possibilitará que os alunos reflitam sobre seus problemas financeiros e planejem seus futuros (Kern, 2009). As escolas têm um papel importante na formação dos jovens, porém uma parte mínima tem se preocupado em incluir ações no dia a dia (Kern, 2009).

2.3 LEGISLAÇÃO

No Brasil, estima-se que o sucesso do Plano Real, em 1994, despertou na população brasileira uma mudança incipiente na forma de perceber e gerir suas finanças pessoais, após a população passar por períodos de alta inflação em que o poder de compra era garantido apenas pelo ajuste ao comportamento do consumidor, a estabilidade inflacionária foi alcançada, forçando mudanças na forma de gestão do dinheiro (Lizote & Verdinelli, 2014).

Um marco inicial importante foi a criação do Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil (Bacen), em 2004. O programa visava promover a inclusão social e o desenvolvimento econômico por meio da conscientização financeira. Através de parcerias com instituições financeiras, foram desenvolvidas ações de capacitação e orientação financeira para diversos públicos, incluindo educadores e alunos.

De acordo com Silva (2010), o Programa de Educação Financeira do Bacen foi uma iniciativa pioneira no país e teve impacto significativo no desenvolvimento da Educação Financeira, proporcionando a disseminação de conhecimentos básicos sobre finanças em diversos setores da sociedade.

O Governo Federal lançou em dezembro de 2010 o Decreto nº 7.397, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), tendo finalidade promover a educação financeira e previdenciária em razão do impulso às políticas de inclusão social no país.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 integrou como obrigatório o “estudo de conceitos básicos de economia e finanças visando à

educação financeira dos alunos” (Brasil, 2018) às propostas pedagógicas das escolas brasileira, estabelecendo diretrizes para a promoção da Educação Financeira no país.

Em 2019, foi sancionada a Lei Complementar 166 que determina a adesão ao Cadastro Positivo de forma automática, facilitando a relação do crédito-consumidor e diminuindo a média da taxa de juros (Prado, 2021). Além disso, foi executado o projeto que mudou o Código de Defesa do Consumidor com a adição de dois capítulos, tratando de proteção ao endividamento e renegociação de dívidas.

Por meio do Decreto 10.393, de 09/06/2020, foi instituída a nova ENEF, que reúne representantes de oito órgãos e entidades governamentais, e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), órgão colegiado de articulação (Brasil, 2020a). Os objetivos específicos da ENEF inicialmente previstos em 2010 não foram alterados pelo Decreto 10.393/2020 e se referem a promover e fomentar a cultura de educação financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos e contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (BRASIL, 2017).

De acordo com Plano Diretor da ENEF (Brasil, 2011a), a educação financeira, matéria do campo das finanças, afirma-se como integrante da área de educação, qualificando-se como direito de todos, dever do Estado e da família e deve ser promovida por meio do regime de colaboração, conforme expresso nos artigos. 205 e 208 da Constituição de 1988.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

O presente trabalho caracteriza-se como descritivo e quantitativo. A pesquisa descritiva segundo Jung (2004) tem como base a identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que de alguma forma se relacionam com o fenômeno estudado. Já a pesquisa quantitativa, como esclarece Fonseca (2002), pode ter os seus resultados quantificados, ou seja, os dados coletados foram medidos para e depois analisados, recorrendo à linguagem matemática para descrever as respostas sobre o tema.

Desse modo, o estudo se caracteriza como descritivo, pois tem como objetivo compreender a opinião dos estudantes paraibanos, sobre a necessidade da obrigatoriedade do ensino financeiro nas escolas, usando para isso a análise quantitativa. De acordo com Kirschbaum (2013), a pesquisa quantitativa permite o estabelecimento de hipóteses baseadas no corpo teórico escolhido, sendo posteriormente realizada a coleta dos dados, para em seguida serem organizados e aplicados os testes estatísticos.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A pesquisa teve como população escolhida os estudantes do ensino superior da Paraíba, visto que o intuito dessa pesquisa é saber a opinião dos graduandos das faculdades paraibanas a respeito da necessidade da obrigatoriedade do ensino financeiro nas escolas.

Visto que o foco está na opinião dos estudantes, a amostra utilizada foi de 83 estudantes de faculdades da Paraíba, sendo de 29 cursos de graduação diferentes, porém, alguns cursos foram respondidos apenas por um estudante.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

3.3.1 O instrumento de pesquisa

Com o instrumento de pesquisa (Apêndice A), buscou-se conhecer o perfil do respondente, sua percepção e vivência quanto a educação financeira e opiniões a respeito da educação financeira e sua importância no governo.

O questionário foi dividido em três blocos, com 14 questões, dos tipos de múltipla escolha e resposta curta, e foi aplicado on-line na plataforma *Google Forms*, e divulgado via grupos de WhatsApp, Facebook, Instagram e e-mail.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste trabalho foi realizada uma análise exploratória e descritiva, por meio de um questionário seccionado em três partes. A primeira parte com o objetivo de traçar o perfil dos respondentes, a segunda voltada para a percepção e vivência quanto a educação financeira e a terceira sobre as opiniões sobre a educação financeira e importância que o governo tem sobre ela.

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Nesta primeira seção foram apresentadas informações a respeito do curso dos estudantes, gênero, se o entrevistado teve o ensino da educação financeira na escola e em qual instituição ele estudou no período do ensino médio.

4.1.1 Perfil educacional dos entrevistados

Na tabela 1, destaca-se de que dos 83 entrevistados, 52 são do gênero feminino, 29 são do gênero masculino e 2 são não-binários. Do quantitativo total de entrevistados, apenas 8 tiveram o ensino da educação financeira na época que estavam nas escolas. Essa constatação indica que de cada dez estudantes que chegam no ensino superior, apenas um deles teve acesso ao ensino de educação financeira. A Tabela 2, apresenta instituições educacionais que os entrevistados frequentaram, e conforme pode-se observar, há uma breve predominância de estudantes vindos de instituições públicas. Entretanto, dos oito alunos que tiveram acesso à educação financeira, apenas um estudante foi de ensino público. Esse dado é curioso, tendo em vista que desde 2010 o Governo Federal criou a Estratégia Nacional da Educação Financeira (ENEF).

Tabela 1: Perfil dos entrevistados

Variável	Descrição	Nº de Estudantes	%
Gênero	Feminino	52	62,65%
	Masculino	29	34,94%
	Não-binário	2	2,41%
Teve Educação Financeira na Escola	Não	75	90,36%
	Sim	8	9,64%
Tipo de Instituição que frequentou	Ensino privado	31	37,35%
	Ensino público	43	51,81%
	Instituições Federais	9	10,84%
Total de Entrevistados		83	

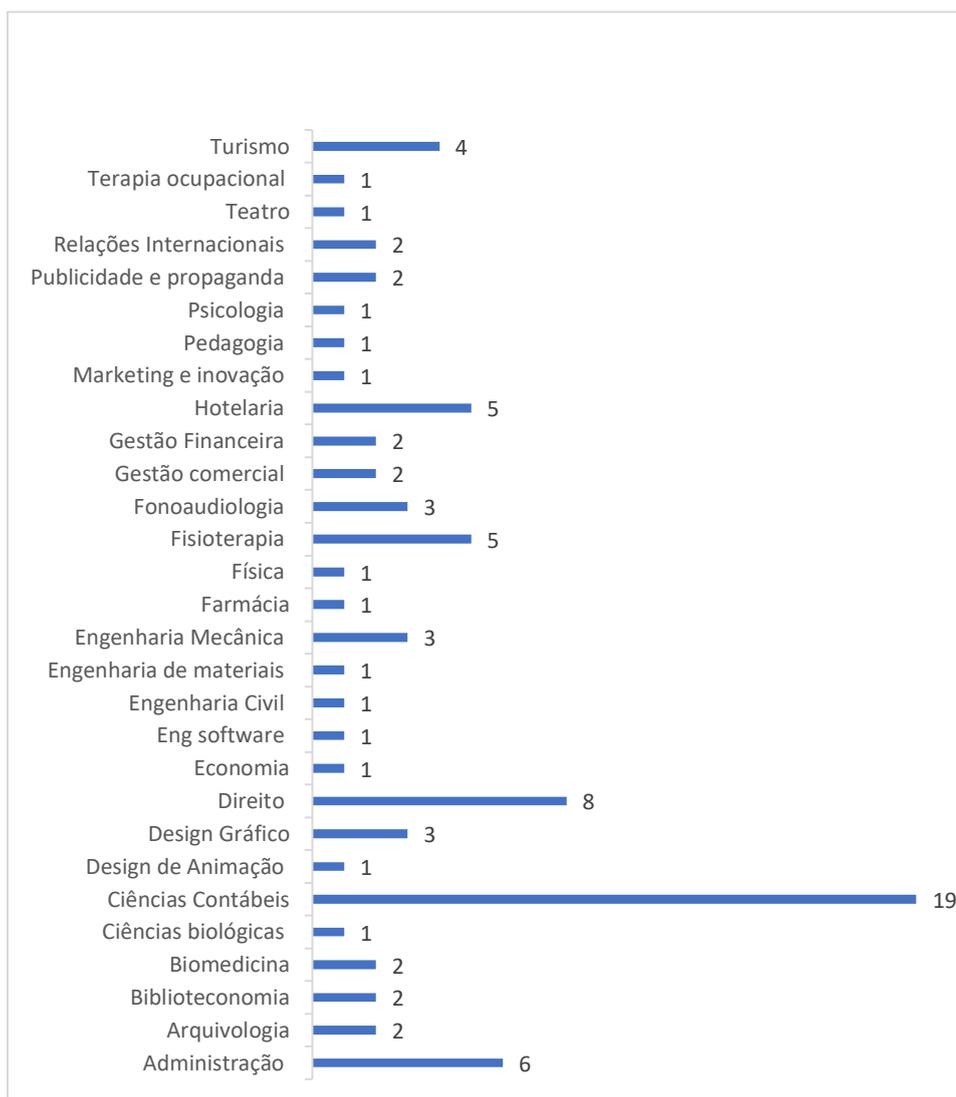
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024)

Tabela 2: Educação financeira e Instituições de ensino

Estudantes que tiveram ensino de educação financeira	Nº de Respostas
Não	75
Ensino privado	26
Ensino público	42
Instituições Federais	7
Sim	8
Ensino privado	5
Ensino público	1
Instituições Federais	2
Total Geral	83

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024)

Observando-se o Figura 2, a partir do questionário das 83 respostas obtidas, é possível afirmar que há variação de graduações, dando destaque para o curso de Ciências Contábeis, onde houve 19 respostas. Essa variação de cursos foi importante para entender a opinião de diversas áreas a respeito da necessidade da educação financeira, mesmo que alguns cursos tenham apenas um estudante como entrevistado.

Figura 2 – Distribuição de cursos dos participantes

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024)

4.2 PERCEPÇÃO E VIVÊNCIA QUANTO A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Na segunda parte da pesquisa, foi questionado aos entrevistados sobre a percepção e vivência quanto a educação financeira, trazendo perguntas a respeito da opinião dos mesmos de qual a importância da educação financeira a partir da escola, auto críticas sobre o nível de alfabetização financeira que todos têm, tal como se são a principal renda de custeio do núcleo familiar, ou qual foi a forma de administrar o dinheiro e questões sobre inadimplência, se já enfrentaram e quais as principais causas para essas inadimplências.

4.2.1 Percepção e vivência dos entrevistados

Como demonstrado na Tabela 3, 30,43% das pessoas, que consideram o ensino da Educação Financeira como “Extremamente Importante” nas escolas, acham que seu nível de alfabetização pessoal é "Ruim". Nesse sentido, nota-se um descasamento entre a percepção de importância da Educação Financeira e sua aplicabilidade no cotidiano dos entrevistados. Este dado também levanta a hipótese de que apesar de a percepção de importância ser notada, faltou o ensino da Educação Financeira na Escola de forma predominante na amostra, o que corrobora com a não aplicabilidade dos conhecimentos no dia a dia.

Tabela 3: Nível de alfabetização pessoal x Opinião sobre a importância da educação financeira

Nível de alfabetização financeira pessoal/Opinião sobre a importância da educação financeira ensinada desde a escola	Extremamente importante	Importante	Total
Bom	39	10	49
Muito bom	4	0	4
Muito ruim	5	0	5
Ruim	21	4	25
Total Geral	69	14	83

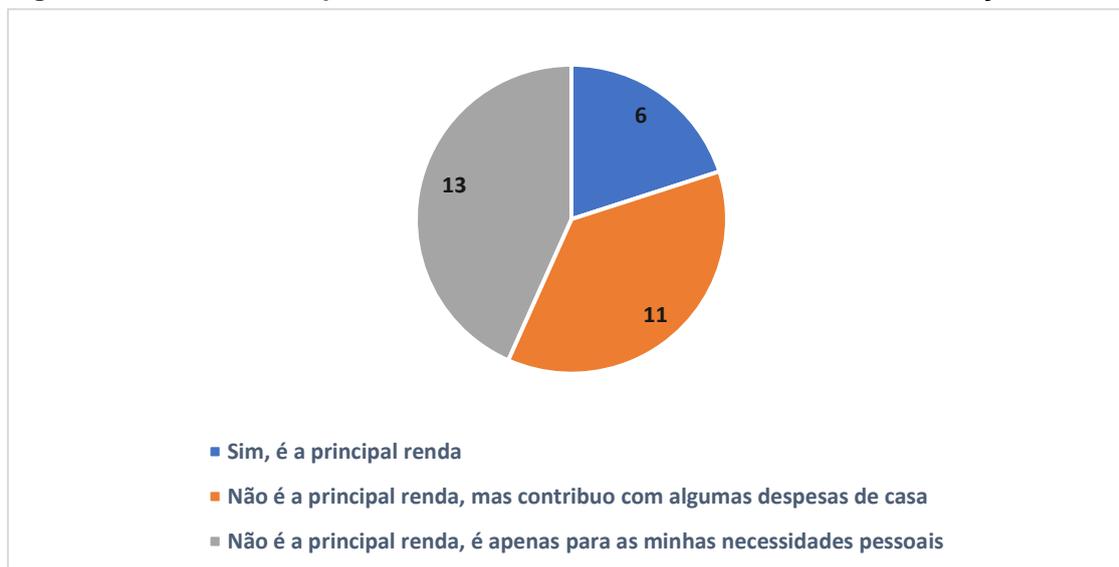
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024)

Foi questionado como os entrevistados administram o dinheiro e se eles são a principal renda familiar, os resultados deram que independente deles serem a principal renda ou não, a maioria dos entrevistados fazem a renda de cabeça. Demonstrando que a falta de educação financeira impacta na forma de se administrar suas finanças pessoais, demonstrado os resultados na tabela 4. Dos 83 estudantes, 30 afirmam ter o nível de alfabetização ruim ou muito ruim e dessa margem, 24 não são a principal fonte de custeio familiar, como demonstrado Figura 3. Segundo esses dados, entende-se que quão menor é a sua responsabilidade dentro do seu núcleo familiar, menos preocupação a pessoa tende a ter com suas finanças.

Tabela 4: Principal renda de custeio do núcleo familiar dos entrevistados

Como os entrevistados administram o dinheiro/Se os entrevistados são a principal renda familiar	Quantidade
Não é a principal renda, é apenas para as minhas necessidades pessoais	34
Anoto no caderno todas as movimentações financeiras do mês	9
Faço o controle de cabeça apenas	13
Não administro	4
Uso planilha eletrônica	6
Uso um aplicativo de finanças para controle	2
Não é a principal renda, mas contribuo com algumas despesas de casa	33
Anoto no caderno todas as movimentações financeiras do mês	9
Faço o controle de cabeça apenas	11
Não administro	3
Uso planilha eletrônica	4
Uso um aplicativo de finanças para controle	6
Sim, é a principal renda	16
Anoto no caderno todas as movimentações financeiras do mês	1
Faço o controle de cabeça apenas	8
Uso planilha eletrônica	4
Uso um aplicativo de finanças para controle	3
Total	83

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024)

Figura 3: Entrevistados que afirmam ter o nível ruim ou muito ruim de educação financeira.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024)

Em vista de entender o relacionamento do controle financeiro pessoal realizado pelos estudantes e o possível enfrentamento de inadimplência, foi possível observar, como demonstrado na tabela 5, que 54,90% daqueles que nunca estiveram inadimplentes fazem uso de algum método de controle financeiro (correspondente as variáveis "Anoto em um cadernos todas as movimentações financeira do mês", "Uso

planilha eletrônica" e "Uso um aplicativo de finanças para controle"). Entretanto, observando os estudantes que já estiveram inadimplentes, 50% também realizam algum controle de suas finanças pessoais. Nesse sentido, apesar de haver uma possível influência do controle financeiro pessoal sob a não inadimplência, não há uma disparidade tão aparente entre aqueles que não fazem uso de algum método de controle financeiro (diferença percentual de 4,90%).

Tabela 5: Como os estudantes controlam suas finanças pessoais

Se os estudantes já enfrentaram problemas de inadimplência/ A forma que os estudantes administram as finanças	Total
Não	51
Anoto em cadernos todas as movimentações financeiras do mês	13
Faço o controle de cabeça apenas	20
Não administro	3
Uso planilha eletrônica	9
Uso um aplicativo de finanças para controle	6
Sim	32
Anoto no caderno todas as movimentações financeiras do mês	6
Faço o controle de cabeça apenas	12
Não administro	4
Uso planilha eletrônica	5
Uso um aplicativo de finanças para controle	5

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024)

Na tabela 6, "Gastos Excessivos" e "Falta de Controle" aparecem conjuntamente 22 vezes, nas situações de inadimplência dos entrevistados, podendo ser considerada uma resposta que engloba a outra, já que com Gastos Excessivos demonstra que indivíduo não obteve controle sobre suas finanças, trazendo nenhuma relevância para a pesquisa, gerando uma casualidade.

Tabela 6: Quantidade de vezes que os motivos para inadimplência foram mencionados

Motivos para a inadimplência	Vezes que é mencionado
Gastos Excessivos	22
Falta de Controle	22
Desemprego	16
Empréstimos Inadequados	4
Total	64

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024)

4.3. EDUCAÇÃO FINANCEIRA E IMPORTÂNCIA DO GOVERNO

Na terceira e última sessão do questionário, os entrevistados tiveram que responder a respeito de suas opiniões da responsabilidade que o governo tem em promover a educação financeira, se o governo faz o suficiente para promover a educação financeira, quais os desafios em relação a busca por educação financeira no país, quais medidas que podem ser adotadas pelos agentes públicos e quais séries que os estudantes acreditam que devam ser incluídas a educação financeira no quadro escolar.

4.3.1 Responsabilidades que o governo tem quanto a educação financeira no país na visão dos entrevistados

Como apresentado na tabela 7, todos os estudantes acreditam que o Governo tenha grande responsabilidade ou total responsabilidade a respeito da promoção da educação financeira no país e dos 83 estudantes, apenas 1 acredita que o Governo está fazendo o suficiente para essa divulgação do tema da educação financeira nas escolas. Esses dados demonstram que mesmo com a implementação de projetos, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), os brasileiros pensam que é muito pouco para o desenvolvimento do tema.

Tabela 7: Opinião dos estudantes se o Governo faz o suficiente pela educação financeira no Brasil

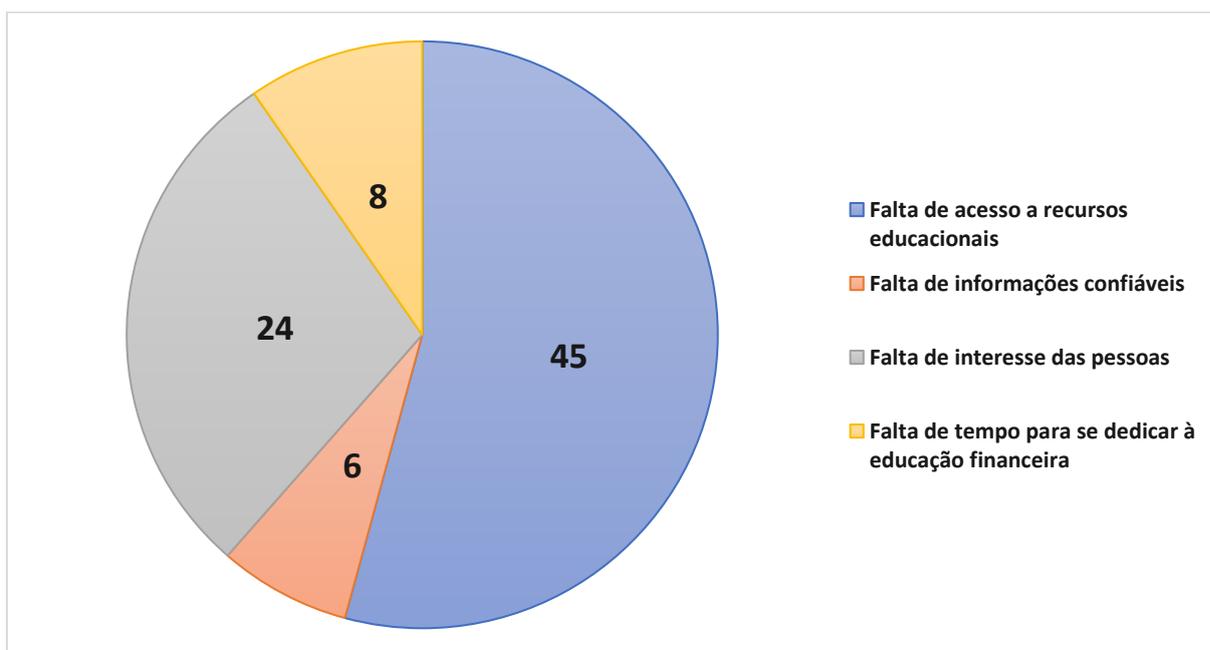
Responsabilidade do governo quanto a educação financeira / Se o governo faz o suficiente sobre a educação financeira	Nº de Respostas
Grande responsabilidade	47
Não	46
Sim	1
Total responsabilidade	36
Não	36
Total	83

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024)

O Figura 4 mostra qual é o principal desafio que os respondentes enxergam em relação a busca por educação financeira no país. Os resultados apontam que a maioria (45 respostas) pensa ser a ausência de recursos educacionais o principal motivo. A tabela 8 traz a mesma ênfase de que mesmo com as estratégias estabelecidas pelo Governo, ainda não é visto pelos estudantes de graduação grande

movimentação a respeito da educação financeira nas escolas e que a principal medida para melhorar a educação financeira no Brasil seria incluir no currículo escolar, desenvolvendo assim, o conhecimento financeiro do brasileiro desde a escola.

Figura 4: Qual o principal desafio em relação a busca por educação financeira no país, na visão dos estudantes



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024)

Tabela 8: Principal medida que o Governo pode adotar para melhorar a educação financeira no Brasil

Principal medida que o governo poderia adotar para melhorar a educação financeira da população	Nº de respostas
Criar programas de conscientização em mídia	2
Incluir educação financeira no currículo escolar	74
Oferecer cursos gratuitos de educação financeira	7
Total Geral	83

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024)

Por fim, tendo em vista que todos os entrevistados responderam que o Governo tem grande e total responsabilidade quanto a promoção da educação financeira no Brasil, foi questionado em qual série que o tema deveria ser ensinado ou se na opinião dos estudantes, deveria ser apenas em níveis específicos. Como se depreende da tabela 9, 70 dos estudantes acreditam que a educação financeira deva ser ensinada

desde o ensino fundamental, tendo uma relação com as respostas obtidas na tabela 8, onde 74 estudantes acreditam que a principal medida que o governo poderia adotar para melhorar a educação financeira da população seria incluir o tema no currículo escolar.

Tabela 9: Opinião dos estudantes de quando a educação financeira deve ser ensinada

Se a Educação Financeira deve ser ensinada em todas as séries ou apenas em níveis específicos	Nº de Respostas
A partir do ensino fundamental	70
A partir do ensino fundamental II, Entre o 8º e 9º anos e ir até o ensino médio completo.	1
A partir do ensino médio	11
Apenas no ensino técnico ou profissionalizante	1
Total Geral	83

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024)

Com os resultados da terceira seção, entende-se que não há apenas uma demanda, mas também uma expectativa por parte dos estudantes de que o Governo assuma um papel mais ativo na promoção da educação financeira, incluindo de forma sistemática no currículo escolar desde os primeiros anos de escolaridade. Desse modo, verifica-se necessária uma medida, que na percepção dos entrevistados, a qual possa contribuir significativamente para a melhoria do conhecimento financeiro da população brasileira.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou verificar a importância da necessidade da Educação Financeira na percepção dos estudantes de ensino superior da Paraíba, de diferentes cursos, de modo a entender se a opinião dos entrevistados se interliga independente do curso.

Primeiramente, ao traçar o perfil dos respondentes, constatou-se que a maioria dos estudantes entrevistados não teve acesso ao ensino da educação financeira durante o período escolar, apesar das diretrizes estabelecidas pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Isso sugere uma lacuna significativa na preparação dos jovens em relação às habilidades financeiras básicas.

Além disso, a pesquisa revelou uma desconexão entre a percepção da importância da educação financeira e sua aplicabilidade prática no dia a dia. Embora muitos participantes reconheçam a importância dessa educação, a falta de ensino específico durante a formação escolar pode estar contribuindo para um nível de alfabetização financeira insuficiente.

A análise também destacou que, apesar de uma parte dos estudantes ter algum controle financeiro pessoal, ainda há uma proporção considerável de inadimplência, sugerindo que o controle financeiro por si só não é uma garantia contra problemas financeiros. Gastos excessivos e falta de controle foram identificados como principais causas de inadimplência, indicando a necessidade de uma educação financeira mais abrangente e eficaz.

Quanto à responsabilidade do governo na promoção da educação financeira, todos os entrevistados concordaram que o governo tem um papel fundamental nesse sentido. No entanto, a percepção geral é de que o governo não está fazendo o suficiente para promover a educação financeira nas escolas. A inclusão da educação financeira no currículo escolar desde o ensino fundamental foi apontada como uma medida crucial para melhorar a alfabetização financeira da população.

Em resumo, os resultados deste estudo enfatizam a necessidade de reformas no sistema educacional para integrar a educação financeira de forma mais abrangente e eficaz desde as séries iniciais. A implementação de políticas educacionais e recursos adequados são cruciais para capacitar os jovens a administrarem suas finanças de forma responsável e eficiente, contribuindo assim para uma sociedade mais financeiramente consciente e resiliente.

Dessa forma, o presente estudo trouxe contribuições, a respeito do entendimento que os universitários tem a respeito da educação financeira, mesmo que o tema não esteja presente na vida da grande maioria dos entrevistados, ter a mentalidade de que o Governo Federal possa se mobilizar mais, pode trazer frutos em relação aos seus comportamentos quanto a questão financeira dos mesmos.

No que se diz respeito às limitações desta pesquisa, é possível citar a ausência de variáveis contidas na pesquisa, como: avaliar estudantes de diferentes níveis, profissionais da educação, funcionários públicos de diversas instâncias e agentes políticos sobre qual a opinião que eles têm a respeito da necessidade do tema da educação financeira nas instituições de ensino. Ademais, bem como a pouca quantidade de respondentes.

Sugere-se pesquisas futuras que abordem um maior número de participantes, visto que vários cursos só obtiveram um participante respondendo, também, inserir mais variáveis relevantes que possam relacionar com o comportamento financeiro dos entrevistados.

REFERÊNCIAS

REIS, DANIEL. **Educação financeira deveria ser obrigatório?** e-Investidor, 2022. Disponível em: <https://einvestidor.estadao.com.br/educacao-financieira/educacao-financieira-escolas-publicas>. Acesso em: 01 de novembro de 2022.

CARVALHO, L. A.; SCHOLZ, R. H. 'Se Vê o Básico do Básico, Quando a Turma Rende': Cenário da Educação Financeira no Cotidiano Escolar. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, v. 6, n. 2, p. 102-125, 2019.

Serasa. **Mapa da Inadimplência e Negociações de Dívidas do Brasil**. Serasa, 2022. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 01 de novembro de 2022.

Vida e Dinheiro. **Conceito de Educação financeira no Brasil**. Vida e Dinheiro, 2017. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financieira-no-brasil/>. Acesso em: 02 de novembro de 2022.

FERREIRA, CATARINA. **Educação financeira deve estar na escola desde cedo**: Entender como poupar dinheiro e consumir de forma consciente são importantes para especialistas. Folha de S. Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2022/04/educacao-financieira-deve-estar-na-escola-desde-cedo.shtml>. Acesso em: 15 de novembro de 2022.

MEC. **Curso e jogo ensinam estudante e professor a cuidar do dinheiro**. Portal MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/aef>. Acesso em: 15 de novembro de 2022.

GOV. **CVM promove a 9ª edição da Semana Nacional de Educação Financeira**. GOV, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/semanaenef/pt-br/cvm-promove-a-9a-edicao-da-semana-nacional-de-educacao-financieira>. Acesso em: 16 de novembro de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Proposição: RC 83 2022**, de 05 de maio de 2022. Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao.aspx?SiglaTipo=PL&NroProposicao=231&AnoProposicao=2015>. Acesso em: 31 de setembro de 2022.

SIQUEIRA, DUARTE. **EDUCAÇÃO FINANCEIRA AINDA NÃO É REALIDADE NAS SALAS DE AULA BRASILEIRAS**. Estadão, 2019. Disponível em: <https://infoFiguras.estadao.com.br/focas/por-minha-conta/materia/educacao-financieira-ainda-nao-e-realidade-nas-salas-de-aula-brasileiras>. Acesso em: 12 de março de 2023.

OCDE. **EDUCAÇÃO**. OCDE BETTER LIFE INDEX, 2022. Disponível em: <https://www.OCDBetterLifeIndex.org/pt/quesitos/education-pt/>. Acesso em 12 de março de 2023.

UFPB. **Edital IV OBEP**. UFPB, 2022. Disponível em: https://www.ufpb.br/educacao-financieira/contents/documentos/obep/editais/ivobep/Edital_OBEP_2022_FINAL_23_0

5_2022.pdf. Acesso em 12 de março de 2023.

SICREDI. **Educação Financeira para escolas públicas e particulares na Paraíba e Piauí**. SICREDI, 2023. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/coop/evolucao/noticias/educacao-financeira-para-escolas-publicas-e-particulares-na-paraiba-e-piaui/>. Acesso em: 12 de março de 2023.

HUSTON, S. J. **Measuring Financial Literacy**. Journal of Consumer Affairs, v. 44, n. 2, p.296–316, jun. 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com//epdf/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>. Acesso em: 12 de março de 2023

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. **Are you financially literate? Discover in the Financial Literacy Thermometer**. BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos, v. 13, n. 2, p. 153–170, 14 jan. 2016. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/base/article/view/base.2016.132.05/5412>. Acesso em: 12 de março de 2023.

Caproni, I. **A importância da educação financeira na formação do educando**. Revista pedagogia em foco, 8, 48-55, 2013. Disponível em: <https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-86fa7ffa164e70bf50848b12d1cd9fd383f61fd1-arquivo.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

Romanzini Filho, L. A.; Sela, V. M. & Greatti, L. (2022). **Educação Financeira dos tomadores de Microcrédito de uma OSCIP no município de Maringá-PR**. AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade, 11(2). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17648/aos.v11i2.2582>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais da educação básica**. BRASIL, 2013, p.15. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=dwnload&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 de maio de 2023.

ABEFIN. **A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA**. ABEFIN, 2021. Disponível em: https://abefin.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Infografico_Escolas_igital.pdf. Acesso em: 29 de maio de 2023.

GOVERNMENT OF CANADA. **Financial Consumer Agency of Canada**. GOVERNMENT OF CANADA, 2023. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/financial-consumer-agency.html>. Acesso em: 29 de maio de 2023.

UNDP. **Human Development Index (HDI)**. UNDP, 2022. Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI>. Acesso em 29 de maio de 2023

GOV. **Programa Educação Financeira nas Escolas**. GOV, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/educacional/criancas-e-jovens/programa-educacao-financeira-nas-escolas#:~:text=Em%20julho%20de%202021%2C%20o,um%20per%3%ADodo%20de%203%20anos>. Acesso em 10 de abril de 2024.

Domingos, R. (2022). **Terapia financeira** - Edição Comemorativa. DSOP editorial. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=S1SGEAAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 19 de abril de 2024.

SILVA, . B. A. B. da .; MONTEIRO, . J. M. . **Financial Education: A study on its importance in personal management** . Research, Society and Development, [S. l.], v. 12, n. 6, p. e16212642125, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i6.42125. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/42125>. Acesso em: 21 apr. 2024.

SILVA, Juliana Tomaz de Lima; SOUZA, Dércia Antunes; FAJAN, Fernanda Deolinda. **Análise do endividamento e dos fatores que influenciam o comportamento de alunos universitários**. XII SEGET, Resende, p. 15, 2015. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/13722130.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2024

LANA, Tonyedson Pereira e. **Exclusão Financeira e sua relação com a pobreza e desigualdade de renda no Brasil**. UFMG/Cedeplar. Belo Horizonte, MG: 2013. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/AMSA9KHNS3/1/tese_exclus_o_financeira_tonyedson.pdf. Acesso em 20 de abril de 2024

APÊNDICE A – Questionário
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

QUESTIONÁRIO

Este instrumento de pesquisa visa auxiliar a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre “NECESSIDADE DA OBRIGATORIEDADE DO ENSINO FINANCEIRO NAS ESCOLAS NA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DA PARAÍBA.”, que está sendo desenvolvido pelo(a) aluno(a) Dayvison Felix da Silva do curso de Ciências Contábeis da UFPB, sob orientação do(a) Prof.Me. Filipe Coelho de Lima Duarte.

Solicitamos a sua colaboração para responder o presente questionário, como também a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo no TCC mencionado. Esclarecemos que a sua participação é voluntária e as respostas serão analisadas conjuntamente, preservando-se o sigilo da fonte.

Caso concorde em participar, por gentileza, responder as questões propostas.

Desde já, agradeço-lhe pela colaboração.

Contato: (83) 98778-7549

PARTE 1 - Perfil do pesquisado

1 – Qual seu curso de graduação atualmente?

R: _____

2 – Com qual gênero você se identifica?

- a) Feminino
- b) Masculino
- c) Não-binário
- d) Transgênero
- e) Prefiro não dizer

3 – Você teve o ensino educação financeira na escola?

- a) Sim
- b) Não

4 – Em qual tipo de instituição você estudou?

- a) Ensino público
- b) Ensino privado
- c) Instituições Federais

PARTE 2 – PERCEPÇÃO E VIVÊNCIA QUANTO A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

5 – Qual é a sua opinião sobre a importância da educação financeira ensinada desde a escola?

- a) Extremamente importante
- b) Importante
- c) Pouco importante
- d) Sem importância

6 – Como você avalia o seu nível de alfabetização financeira pessoal?

- a) Muito bom
- b) Bom
- c) Ruim
- d) Muito ruim

7 – Sua renda é a principal para o custeio do seu núcleo familiar?

- a) Sim, é a principal renda
- b) Não é a principal renda, mas contribuo com algumas despesas de casa
- c) Não é a principal renda, é apenas para as minhas necessidades pessoais

8 – Como você administra o seu dinheiro?

- a) Anoto em um caderno todas as alterações financeiras do mês
- b) Uso um aplicativo para controlar minhas finanças
- c) Uso planilha eletrônica
- c) De cabeça
- d) Não administro.

9 – Você já enfrentou problemas de inadimplência? Se sim, qual foi a principal causa desse problema?

- () Desemprego
- () Falta de controle financeiro
- () Empréstimos inadequados
- () Não enfrentei problema de inadimplência.
- () Outros fatores

PARTE 3 – GOVERNO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

10 – Na sua opinião, qual é a responsabilidade do governo em promover a educação financeira?

- a) Total responsabilidade

- b) Grande responsabilidade
- c) Pouca responsabilidade
- d) Nenhuma responsabilidade

11 – Você considera que o governo está fazendo o suficiente para promover a educação financeira atualmente?

- a) Sim
- b) Não

12 – Qual o principal desafio que você enxerga em relação à busca por educação financeira no país?

- a) Falta de acesso a recursos educacionais
- b) Falta de interesse das pessoas
- c) Falta de tempo para se dedicar à educação financeira
- d) Falta de informações confiáveis
- e) Outros.

13 – Em sua opinião, qual seria a principal medida que o governo poderia adotar para melhorar a educação financeira da população?

- a) Incluir educação financeira no currículo escolar.
- b) Criar programas de conscientização em mídia.
- c) Oferecer cursos gratuitos de educação financeira.
- d) Estabelecer parcerias com instituições financeiras.
- e) Outro, qual? _____.

14 – Você acredita que a educação financeira deve ser ensinada em todas as séries escolares ou apenas em níveis específicos?

- a) Em todas as séries escolares
- b) A partir do ensino fundamental
- c) A partir do ensino médio
- d) Apenas no ensino técnico ou profissionalizante
- e) Não acredito que deva ser ensinada nas escolas